

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017
23 DE FEVEREIRO DE 2017, BRASÍLIA/DF

Aos 23 de fevereiro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, no Auditório Eliseu Resende do edifício sede da ANTT, localizado na SCES Trecho 3, Lote 10 – Polo 8 do Projeto Orla, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública nº 001/2017, conforme a convocação realizada por meio do Aviso de Audiência Pública nº 001/2017, publicado no Diário Oficial da União nº 22, de 31 de janeiro de 2017, seção 3, página 97 e nos jornais de grande circulação nacional e local, no dia 01 de fevereiro de 2017, Correio Braziliense, o Estado de São Paulo e o jornal Zero Hora de Porto Alegre. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da BR- 101/290/386/448/SC/RS, no trecho da BR-101/SC, do km 455,9 até a divisa SC/RS; da BR- 101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101 (A) (Osório) até o km 98; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377 (B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-448; e da BR-448, no entroncamento com a BR-386 até o entroncamento com a BR-116/290. Na sequência, foi formada a mesa da Audiência Pública composta pelo senhor Cesar Augusto Santiago Dias, Presidente da audiência e Ouvidor da ANTT; o senhor Vinicius Magnus Antonius Torquato de Araujo Lima, responsável pelos trabalhos da secretaria; o senhor Stéphane Quebaud, representante da Diretoria Geral da ANTT, o senhor Luiz Fernando Castilho, Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária e apresentador da proposta, o senhor Fabio Duarte, representante da Procuradoria Geral junto à ANTT e ainda, o senhor Fábio Freitas, representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o senhor Diógenes Alvarez, gerente de estruturação de negócios da Empresa de Planejamento e Logística – EPL. Inicialmente, o Presidente da Audiência registrou a presença de autoridades, como a presença de prefeitos, deputados estaduais e vereadores da região envolvida no projeto a ser apresentado e ainda do Deputado Federal José Stédile, bem como da presença do Senador Dalírio Beber, dos Deputados Federais João Paulo Kleinubing, da Deputada Carmem Zanotto, do Deputado Edinho Bez e do Deputado Jones Martins e ainda do Diretor Presidente da EPL, senhor José Carlos Medaglia. Em seguida, fez a leitura dos procedimentos, conforme a Resolução ANTT nº 3.705/2011 e a Deliberação ANTT nº 25, de 30 de janeiro de 2017, e passou a palavra ao senhor Luiz Fernando Castilho, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Os valores de tarifa e a quantidade de praças de pedágio também foram expostas aos presentes. Após a apresentação e de acordo com os procedimentos estabelecidos, foi realizado um intervalo de quinze minutos para o recebimento das contribuições por escrito e inscrições para as manifestações orais. Após o intervalo, o Presidente da Audiência Pública chamou o senhor Vinicius Lima, Secretário da Audiência Pública, para informar acerca das contribuições escritas que foram recebidas até o momento, o qual informou ter sido recebidas vinte contribuições por escrito, e sessenta e duas manifestações orais, além de quinze contribuições por meio eletrônico até o momento e com os temas principais abordados foram isenção de pedágio, inclusão de novos trechos na concessão, alteração da localização da praça de pedágio, inclusão de melhorias, mudanças de prazo e execução de melhorias. Informou ainda que na presente sessão presencial foram recebidas seis contribuições escritas. O senhor Stéphane Quebaud esclareceu que a isenção de veículos oficiais está devidamente prevista nos contratos de concessão que veículos tanto municipais, estaduais e federais sejam eles devidamente cadastrados na concessionária. Assim, o Presidente da Audiência Pública iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral, chamando o senhor Senador Dalírio Beber, que apresentou um pedido no sentido de que se realize um evento dessa natureza no sul do estado catarinense, uma vez que existe uma enorme preocupação com relação às populações de vários municípios que estão na divisa com o estado do Rio Grande do Sul, e que a vida dessas pessoas será extremamente afetada porque há uma relação muito permanente com a

cidade de Torres, que fica muito mais próxima do que a cidade de Criciúma. Em seguida, foi chamado o senhor Deputado Federal José Stédile, que afirmou não ser contra pedágio, desde que ele não represente retrocesso econômico para uma região e nem um grande prejuízo para quem utiliza todo dia a rodovia. Em complemento, ele relatou que não foi ouvido nenhum município de Santa Catarina, nem Cachoeirinha e solicitou que houvesse um novo acesso ao município de Cachoeirinha. Por fim, ele se manifestou em relação à prorrogação e à construção da nova praça de pedágio em Gravataí, sugerindo que se utilizasse o pedágio que já existe e que é cobrado só em um sentido em Santo Antonio da Patrulha, o que diminuiria o custo inclusive da construção de uma nova praça de pedágio e não impactaria os municípios da grande Porto Alegre. O senhor Presidente chamou, em continuidade aos inscritos para manifestação, o senhor Edinho Bez, Deputado Federal, mas por estar ausente foi chamado o senhor Deputado Federal Jones Martins, que afirmou ser a favor do pedágio desde que ele não tranque e não se torne um gargalo para o desenvolvimento da região, logo devem ser montados cenários com várias hipóteses de localização das praças de pedágio e de investimentos. Informou ainda sobre a questão da transferência da praça de pedágio de Gravataí e que acredita na boa fé do Ministério dos Transportes quando estipulou prazo de dois anos para que ocorra essa transferência. Por fim, solicitou a implementação de acesso em Cachoeirinha. Em resposta, o senhor Fábio Freitas informou que a extensão de prazo, caso ocorra, se fundamentará na MP nº 752/2016 e com certeza em ela ocorrendo será com inclusão de obras para que isso se reverta em benefícios para a comunidade. Informou ainda já foram iniciados os estudos do acesso à Cachoeirinha na Nutrela e deve ser um dos investimentos incluídos da prorrogação. Tratou também dos riscos da nova concessão, uma vez que não haverá empréstimo-ponte e confirmou que será programada mais uma audiência para atender a BR-386. Em complemento, o senhor Stéphane Quebaud relatou a questão da modelagem na qual não se raciocina em investimentos ligados a uma determinada praça, mas sim o sistema como um todo. Discorreu ainda sobre investimentos e como os serviços, por exemplo, representam uma grande parte das despesas operacionais da futura concessionária e fazem parte dessa tarifa. O senhor Fábio Freitas voltou a se manifestar para informar que a posição das praças de pedágio é analisada de acordo com os pedidos e com o TCP - Trecho de Cobertura da Praça. A seguir a palavra foi concedida ao senhor Cloroaldino Severo, Consultor de Transporte do Comitê Gaúcho de Controle Social, que esclareceu que representa o comitê gaúcho e a ASSURCON - Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas e que não são contra a concessão de duas rotas diferentes, com origem e destino diversos. Criticou também o modelo de subsídio cruzado, isto é, enquanto a BR-101 e a BR-290 produzem 56,7% da receita, dessa receita gastasse 4,7% para fazer as ampliações de capacidade porque ela não exige duplicações, por outro lado a BR-386 produz 43,4% da receita e gasta trinta e tantos por cento e só os custos de fazer esse serviço em uma delas custa seis milhões por quilometro e a outra um e meio. Relatou ainda que o PER não tem condições de ser aceito nos termos que está posto e os próprios estudos não têm a precisão necessária e informou que o problema de Gravataí, como está posto nessa proposta, não é adequado, pois é preciso fazer um estudo profundo para separar o tráfego local do outro, portanto, não colocar, por exemplo, a travessia do Guaíba, retirar a BR-386 até a BR-448 e só aguardar oportunidade de aditivos futuros porque é obvio que tem que ser colocado. Por fim, informou que prazo de trinta anos não corresponde à realidade de uma concessão, pois o prazo deve corresponder às necessidades de recursos para atender o projeto que se coloca. Ao término da manifestação, o senhor Presidente chamou o senhor David Hermenegildo Vicenzo, Presidente da ASSURCON, mas houve uma troca de posição com o senhor Darcy Luiz Zottis Filho em razão de horário de voo, a qual foi aceita pelo Presidente da Audiência Pública. Portanto, o próximo a se manifestar foi o senhor Darcy Luiz Zottis Filho, representante da Federação das Associações Comerciais e Serviços - FEDERASUL e Associação Gaúcha para o Desenvolvimento do Varejo - AGV, que informou participar do Movimento Livre Acesso à Freeway e solicita a transferência da localização da praça de pedágio de Gravataí, pois esse pedágio cria uma inibição ao desenvolvimento da região. Solicitou ainda a realização de mais audiências públicas e informou não aceitar a prorrogação do prazo do contrato atual. Em seguida, foi chamado o senhor David Ermenegildo Vicenço, Presidente da Associação de Usuários de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul, que relatou que há vinte anos implantaram sistema de pedagiamento no estado do Rio Grande do Sul e foi uma vergonha pública e volta-se a apresentar o mesmo modelo. Relatou ainda que as vias já existentes anteriormente da concessão serão consideradas como vias de fuga, o que torna o usuário um delinquente e sonegador. Declarou-se também contrário à prorrogação do contrato de concessão atual. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que rota de fuga é um termo técnico para descrever que os usuários vão utilizar uma outra rota diferente da rota pedagiada, logo essa rota de fuga é avaliada

para saber qual é exatamente o tráfego que vai passar na praça e que vai compor a receita. O próximo a se manifestar foi o senhor Edmilson Busatto, Prefeito do município de Bom Retiro, que se declarou a favor do pedágio, mas não considera positivo pedaggiar uma rodovia que está pronta, como a que vai de Porto Alegre a Lajeado. Ele solicitou também um acesso, uma rua lateral além do acesso ao município, que não consta no projeto inicial, e demonstrou preocupação com o prazo de início das obras em doze anos. Em seguida foi chamado o senhor Sérgio Gonçalves Neto, Vice-Presidente da SETCERGS - Sindicato de Transportes de Cargas e Logística do RS, que destacou que o senhor Luiz Fernando Castilho elogiou a questão da condição de aporte por conta do deságio, pois tal prática irá direcionar a concorrência. Informou ainda que se trata de um projeto muito grande que poderia ser dividido em duas concessões, além de ter um preço muito diferente dos pedágios de Santa Catarina e criticou a questão dos subsídios cruzados da BR/101/290 na BR-386. Por fim, sugeriu que a CONCEPA celebrasse um contrato emergencial após o final do contrato de concessão para ter cobrança apenas na praça de Santo Antonio para a manutenção da rodovia até que houvesse uma solução para a concessão nova, resolvendo-se também o problema de Gravataí e Cachoeirinha. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que em relação à questão da limitação ao deságio a ANTT tem a experiência de vinte e um contratos de concessão para os quais sempre se seguiu justamente esse modelo da menor tarifa e entende-se que se limitar deságios irresponsáveis é algo saudável para os usuários. E sobre a questão do tamanho do trecho, o senhor Stéphane relatou que na 3ª Etapa de Concessões houve trechos de oitocentos, novecentos quilômetros. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor Emanuel Hassen de Jesus, prefeito do município de Taquari, que informou que o Vale do Taquari é uma região de municípios pequenos e que vai ser grandemente atingida pelo enorme valor que as praças de pedágios vão ter na BR-386, ainda mais que essa rodovia foi duplicada de Canoas a Tabai com recursos do Governo Federal. Destacou ainda que a duplicação de Estrela/Tio Hugo vai ser daqui a doze anos, pois ao iniciar o limite ali é de 20%, mas o 100% pode acontecer só no trigésimo ano. E informou que nenhum município ou a Polícia Rodoviária Federal foram ouvidos antes da formação desse estudo e criticou a pressa com que está sendo conduzido esse processo e a realização de uma audiência pública em Brasília perto da data do carnaval. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que a ANTT é uma Autarquia Federal com sede em Brasília, o que explica a Audiência Pública nessa cidade e que serão realizadas outras audiências. Informou ainda que as obras mencionadas têm cronograma previsto para conclusão no ano quinze e não no ano trinta e que sobre o fato dos municípios não terem sido ouvidos, um dos objetivos da audiência pública é receber contribuições dos interessados. O senhor Presidente complementou com a informação de que a Audiência Pública é uma das formas de se manifestar, a Sessão Pública tem o prazo de contribuições durante todo o período da Audiência Pública, logo trata-se de uma forma de fazer manifestações que também pode ser por escrita e as manifestações vão ser considerada da mesma forma para fins de elaboração do relatório final da Audiência Pública. Ainda em complemento, o senhor Fábio Freitas informou que a consulta à sociedade ocorre depois que o governo tem algo para mostrar e o presente estudo está sendo desenvolvido há dois anos, mas somente agora ele chegou em um grau de maturidade para estabelecer esse diálogo com a sociedade. Em ato contínuo, a palavra foi concedida ao senhor Carlos Eduardo Ranzi, vereador do município de Lajeado, que mencionou que trabalhou em uma das empresas da concessão da Sul Vias há dezoito anos e criticou a realização de uma audiência pública em Brasília, bem como o fato de os municípios não terem sido previamente consultados e relatou preocupação com a forma com que o processo está sendo conduzido, solicitando que o prazo para manifestação seja prorrogado e os estudos de viabilidade refeitos. Ao término da manifestação, o senhor Presidente chamou a senhora Mariela Portz, vereadora do município de Lajeado, que informou representar a Associação de Vereadores do Vale do Taquari – AVAT e que a massiva maioria das pessoas que moram no Vale do Taquari não querem pedágio e estão cansados de corrupção, necessitando de um contrato honesto. E solicitou uma nova proposta e que o Vale do Taquari concordaria com os pedágios desde que eles tenham bom senso. Em resposta, o senhor Presidente informou que os instrumentos que acompanham a Audiência Pública gozam de presunção de legalidade e há fóruns corretos para se questionar caso se verifique se existe ou não algum problema quanto à legalidade. Em seguida foi chamado o senhor Idioney Oliveira Viera, Diretor do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí – COREDE e diretor do Campus da Universidade de Passo Fundo, que relatou sua preocupação com o projeto da concessão da BR-386 e solicitou uma Audiência na região do Alto da Serra do Botucaraí. Informou ainda que a entidade que ele representa não é contrária ao pedágio e quer ter o direito de contribuir com o projeto para discutir as tarifas e as obras que são necessárias. O próximo a ser chamado pelo senhor Presidente foi o senhor Paulo Ricardo Cattaneo, Prefeito de

Soledade e Presidente da AMASB – Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí, que solicitou a realização de uma Audiência Pública na região do Botucaraí, relatou ainda que entre Carazinho e Lajeado houve pedágio por quinze anos e não houve melhorias no trecho e até hoje Soledade não conseguiu instalar um redutor de velocidade no perímetro urbano da BR-386. Sugeriu ainda que houvesse subsídios do Governo Federal para que a tarifa de pedágio fosse reduzida. Relatou que nos primeiros quatro anos haveria 25% de investimento e depois ficariam seis anos sem investimento e depois retornam os investimentos nos cinco anos finais, do décimo primeiro ao décimo quinto ano, equivalentes a 75% dos investimentos, questionando também se haverá vias marginais em Soledade. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor Marco Antônio Lang, que narrou a experiência de um amigo que mora em Lajeado e trabalha em Canoas e que vai gastar nove mil cento e vinte reais por ano com pedágio. Além disso, ressaltou que o pedágio impacta também pessoas que não têm carro, pois aumentará o preço das mercadorias. Por fim, solicitou que houvesse maior participação da comunidade no processo. Em ato contínuo, a palavra foi concedida à senhora Cíntia Agostine, Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT, que salientou que o Vale já tem três praças de pedágios estaduais e ressaltou a necessidade de discutir esse projeto e que é preciso ter maturidade suficiente para decidir isso pelos próximos trinta anos. Em seguida ela discutiu a questão do VDMA - Volume Diário Médio Anual, pois é preciso conhecer melhor o valor, porque o número teto por praça e VDMA médio da BR-290, da BR-386, da BR-101 é de dezoito mil veículos dia, mas extraoficialmente circularia muito mais no Vale do Taquari na BR-386. Sugeriu ainda pensar em uma solução inovadora para uma parceria com o Governo Federal que não seja só o custo da sociedade que sustente essas praças. Destacou ainda que não há praça de pedágio na BR-448 e que os demais usuários irão pagar por obras e melhorias nessa rodovia. Por fim sugeriu a criação de um conselho de usuários nesta concessão. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que existe a previsão de criação de Grupos Paritários de Trabalho e Comissões Tripartites. Em complementação, o senhor Fábio Freitas informou que tentará deixar as informações dos estudos de viabilidade mais claras e sobre a questão do VDMA informou que no perímetro urbano o ele é maior, mas a praça de pedágio fica fora do perímetro urbano e é por isso que naquele local onde vai existir provavelmente a praça é que é medido com a VDMA médio que vai passar ali e não em toda a rodovia. O próximo a se manifestar foi o senhor Juliano Roso, Deputado Estadual, que expressou o descontentamento da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma vez que foi solicitada a transferência da Audiência Pública de Brasília, realizada na véspera do Carnaval. Relatou ainda que trinta anos de concessão é muito tempo e que a presença de quatro praças de pedágios na BR-386 vai inviabilizar a economia da região toda e reiterou que a região é contra o pedágio. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor Leandro da Rosa, Vereador do município de Taquari, que elogiou a condução da audiência pelo Presidente, e relatou que não entende a lógica de um governo entregar uma rodovia pronta para uma concessão. Sugeriu ainda a retirada de duas praças de pedágio da BR-386. Por fim, relatou que a região é contra os pedágios e vai se mobilizar para participar das decisões. Em resposta, o senhor Presidente esclareceu que não estava presente na audiência de Porto Alegre, mas que às vezes pela quantidade de inscritos as pessoas têm que ser um pouco mais rigorosas na cobrança do tempo. Em ato contínuo, a palavra foi concedida ao senhor Roberto Andrade, vereador do município de Gravataí, que relatou que a questão da mudança do pedágio de Gravataí já é discutida há quase dez anos e que a nova localização vai abranger vários outros municípios, entre eles Sapucaia, Esteio, São Leopoldo, Viamão e Alvorada. Por fim, solicitou que fosse diminuído o valor da tarifa e que fosse implementada uma alça de saída em Cachoeirinha. O próximo a se manifestar foi o senhor Nadir Rocha, Prefeito do município de Gravataí, que informou que a Freeway para o município de Gravataí não foi ruim, mas reforçou a necessidade de mudança do pedágio, ressaltando que cada região tem sua visão e seus problemas e sabe o que é melhor. Ele solicita que o pedágio seja retirado de Gravataí e que avance um pouco para depois da GM. A seguir a palavra foi concedida ao senhor Vaníus Viana, Vereador do município de Taquari, que informa que é sindicalista há trinta anos e que o país hoje atravessa um momento de extrema dificuldade e acredita não ser o momento certo agora para discutir o pedágio. Logo depois foi chamado o senhor Marco Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Cachoeirinha, que destacou o descontentamento geral por todo esse processo da forma como está sendo conduzida e relata que desde 2010 vem se reunindo com a ANTT por diversas vezes, mas a comunidade ainda não foi contemplada com o trevo de acesso em Cachoeirinha na divisa com Gravataí e não na altura da Nutrela. Informa ainda que a MP 752/2016 é ilegal, uma afronta à Constituição Federal e à Lei das Licitações. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud esclareceu que o sistema de arrecadação do pedágio é auditado pela ANTT e por uma consultora independente, sendo que o balanço é publicado

no site da ANTT anualmente, então qualquer cidadão pode conferir a receita da concessionária qualquer que seja ela. Informa ainda que os estudos não foram aprovados pela ANTT, mas por uma comissão de seleção formada por técnicos do Ministério do Transportes, Portos e Aviação Civil, pela EPL e pela ANTT. O senhor Presidente informou que as pessoas que não puderam comparecer podem acessar o YouTube da ANTT, pois o evento está sendo transmitido ao vivo pelo canal da ANTT e ali ficará disponibilizado. E a seguir a palavra foi concedida ao senhor Ederson Fernando Spohr, vereador do município de Lajeado, que ressaltou que acha absurda a ideia de ter uma Audiência Pública em Brasília, mas que deveria ter audiências em todas as cidades lindeiras às rodovias. Informa que hoje os valores são muito altos e as contrapartida não se sabe se vão ser adequadas. Logo depois foi chamado o senhor Waldir Blau, vereador do município de Lajeado, destacou que muitas pessoas já foram embora em razão da data ser a véspera do carnaval e relatou também que em Porto Alegre houve uma presença maciça de pessoas, mas em Brasília veio uma parcela muito pequena, primeiro até pelos custos de as pessoas se deslocarem. Sugeriu ainda que deveriam fechar o Ministério dos Transportes e a ANTT, pois se paga duplicidade em tudo, como a CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e outros impostos, e não há retribuição. Relatou ainda que no trecho da BR-386 há máquinas do DNIT trabalhando a todo vapor. Destacou ainda que é Vereador e Presidente da câmara de vereadores de Lajeado do PMDB e que gostaria que essa concessão não saísse nesse governo, porque ela foi iniciada no governo PT e agora continuada pelo governo PMDB, logo é preciso esperar até 2018 com o resultado das próximas eleições. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que de fato tem obras do DNIT no trecho e elas são consideradas como concluídas no projeto, logo o preço dessas obras não está no projeto. Em ato contínuo, a palavra foi concedida ao senhor Ildo Paulo Salvi, que questionou em qual local as ambulâncias da Triunfo vão entregar os pacientes e respondeu que são nos hospitais públicos, logo as despesas são pagas também pelos usuários. Destacou ainda que esse pedágio é um sistema ultrapassado, porque se copia uma empresa que está ali na atuação um sistema ultrapassado, diferente do que é utilizado na Europa com as cobranças por arco. Por fim, concluiu que a praça de pedágio vai dividir a cidade de Lajeado. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor Fernando Santana de Moraes, Vice-Prefeito do município de Carazinho, que declarou que o modelo de pedágio não é saudável e é fadado ao fracasso. Informou ainda que existem serviços como o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência que os municípios já estão fazendo e isso poderia ser retirado dos encargos da concessionária, bem como diminuir a tarifa de pedágio. Em resposta, o senhor Fábio Freitas relatou que quando falou da saúde do processo é porque foi feita a modulação de um cálculo matemático para as necessidades de investimentos e manutenção e chega-se ao valor necessário para fazer não só as obras de ampliação de capacidade da via, como as obras de recuperação e manutenção da via, mais o valor dos serviços que estão atrelados a concessão e então chega-se em um montante que é descrito como CAPEX e OPEX, com isso se pega todo o fluxo de veículos que está projetado ao longo do tempo e se divide o valor que der com a TIR de 9.2 que é a rentabilidade auferida pela concessão e então é o valor da tarifa. Informou ainda que é uma preocupação do governo não ter uma tarifa elevada e que se está aberto à discussão, mas deve-se fazer uma avaliação mais profunda do cálculo, pois esse cálculo vai ser auditado depois pelo Tribunal de Contas quando, o próximo passo depois da Audiência Pública. O próximo a se manifestar foi o senhor Estevão de Loreno, Presidente da Câmara Municipal de Carazinho, que relatou seu receio, pois serão quinze anos pagando uma tarifa de pedágio no Vale do Taquari sem haver investimentos no trecho, destacou ainda a necessidade de mais audiências públicas para discutir o assunto. Por fim, solicitou a Cloroaldino que fornecesse seu parecer para que os trinta e quatro municípios da região que vão ser afetados ingressem judicialmente para tentar serem ouvidos nessa próxima etapa da conclusão desse processo de pedágio. Em seguida foi chamado o senhor Luiz Américo Alves Aldana, Prefeito do município de Montenegro, que elogiou a apresentação feita na audiência pública e relatou que a região está com altos índices de violência e sugeriu que as tarifas de pedágio de Montenegro não sejam tão altas e que seja investido dinheiro em questões sociais e em segurança. Logo depois foi chamado o senhor Maurício Rogério, vice-prefeito do Município de Cachoeirinha, que elogiou o trabalho feito pela mesa e relatou que só foram feitas duas pernas da alça de Cachoeirinha e ainda restam mais duas e sugeriu também que fosse mudado o sistema de pedágio, a exemplo do modelo europeu por quilômetro rodado. Em resposta, o senhor Fábio Freitas informou que está em estudo a questão do acesso a Cachoeirinha e que se houver a prorrogação será colocado dentro da prorrogação a obra como investimento justamente para compor esse equilíbrio a ser mantido. Por fim, ao término do pronunciamento dos inscritos, o senhor Presidente questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação. Por não haver mais nenhuma manifestação, o Senhor Presidente

informou que esse evento foi transmitido ao vivo pelo canal da ANTT no YouTube e ficará disponibilizado para que as pessoas que tiverem interesse, informou também que a Ata do evento realizado e o Relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no endereço eletrônico da ANTT, www.antt.gov.br, Audiência Pública nº 001/2017. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017.

Cesar Augusto Santiago Dias
Presidente

Vinicius Magnus A. T. de A. Lima
Secretário